

PROPOSIÇÕES GERAIS DE TERRITÓRIO SURDO (ANÁLISE DO ESTUDO)

Adriano de Oliveira Gianotto (UFMS/FAED)
adriano.gianotto@ufms.br

Bruno Roberto Nantes Araujo (UFMS/CPAQ)
bruno.nantes@ufms.br

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar o conceito de território surdo, compreendendo-o como espaço social, cultural, linguístico e político que se constitui a partir das práticas e identidades da comunidade surda. A investigação busca evidenciar de que maneira o território, tradicionalmente entendido apenas em sua dimensão geográfica, ganha novos sentidos quando aplicado à realidade da surdez. Nesse contexto, o território surdo não se limita a espaços físicos, mas é também simbólico, construído pelas interações em Língua Brasileira de Sinais (Libras), pelas experiências escolares, pelas associações, pelos eventos culturais e pelas lutas políticas em prol de direitos e reconhecimento social. A fundamentação teórica dialoga com autores que tratam das noções de território e territorialidade, bem como com pesquisadores da área da surdez que discutem identidade, diferença e educação bilíngue. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e análise documental, permitindo uma reflexão crítica e interpretativa sobre os significados atribuídos ao território surdo. Como resultados esperados, busca-se contribuir para o fortalecimento do reconhecimento da surdez enquanto diferença cultural e não apenas deficiência, além de valorizar o papel da Libras como língua de identidade e resistência. Conclui-se que o território surdo é um espaço de afirmação, pertencimento e empoderamento, cuja consolidação depende do respeito à diversidade linguística, da efetividade das políticas públicas e do fortalecimento das práticas coletivas da comunidade surda.

Palavras-chave: território surdo; identidade; Libras (Língua Brasileira de Sinais); educação bilíngue; cultura.

Abstract: This study aims to analyze the concept of deaf territory, understanding it as a social, cultural, linguistic, and political space constituted from the practices and identities of the deaf community. The investigation seeks to highlight how territory, traditionally understood only in its geographical dimension, gains new meanings when applied to the reality of deafness. In this context, deaf territory is not limited to physical spaces, but is also symbolic, constructed through interactions in Brazilian Sign Language (Libras), school experiences, associations, cultural events, and political struggles for rights and social recognition. The theoretical framework engages with authors who address the notions of territory and territoriality, as well as with researchers in the field of deafness who discuss identity, difference, and bilingual education. The methodology used is qualitative in nature, based on bibliographic research and document analysis, allowing for critical and interpretative reflection on the meanings attributed to deaf territory. As expected results, this study aims to contribute to strengthening the recognition of deafness as a cultural difference and not just a disability, as well as valuing the role of Libras (Brazilian Sign Language) as a language of identity and resistance. It concludes that the deaf community is a space of affirmation, belonging, and empowerment, whose



consolidation depends on respect for linguistic diversity, the effectiveness of public policies, and the strengthening of collective practices within the deaf community.

Keywords: deaf territory; identity; Libras (Brazilian Sign Language); bilingual education; culture.

Introdução

O conceito de território, historicamente, tem sido abordado de forma diversa nas ciências humanas e sociais, especialmente na geografia, sociologia e antropologia. Durante muito tempo, prevaleceu a visão do território como espaço físico, delimitado por fronteiras políticas e geográficas, associado a questões de poder, controle e soberania. Contudo, ao longo das últimas décadas, essa concepção foi ampliada e passou a considerar também os aspectos simbólicos, culturais e sociais que constituem os espaços de vivência dos diferentes grupos. O território, assim, não é apenas material ou geográfico, mas também um espaço de significados, de experiências compartilhadas e de identidade.

Quando esse conceito é transposto para a realidade da comunidade surda, emergem novas possibilidades de interpretação. O chamado **território surdo** não pode ser entendido nos mesmos moldes do território físico tradicional, mas como uma rede de espaços de convivência, de práticas linguísticas e culturais, de encontros e de resistência histórica. Esse território é marcado pela centralidade da Língua Brasileira de Sinais (Libras), pela vivência visual e pelas práticas sociais que estruturam a identidade surda. Assim, a surdez ultrapassa o campo biomédico e se estabelece como elemento de identidade cultural, formando um território próprio, constituído de símbolos, memórias, espaços de pertencimento e de afirmação.

A noção de território surdo evidencia que a comunidade surda constrói, ao longo do tempo, espaços de socialização e fortalecimento identitário, como associações, escolas bilíngues, congressos acadêmicos, eventos esportivos e culturais, além dos ambientes digitais que ampliam os horizontes de interação em Libras. “O território surdo é constituído por espaços de socialização e fortalecimento identitário, incluindo associações, escolas bilíngues, eventos culturais e ambientes digitais em Libras” (QUADROS; KARNOPP, 2004).

Esses espaços não apenas garantem a troca de experiências e a preservação da língua, mas também se configuram como territórios de resistência, uma vez que a comunidade surda,

historicamente, enfrentou práticas de exclusão e marginalização que tentaram negar ou reduzir sua diferença.

Ao propor a análise do território surdo, este estudo busca compreender como a identidade e a cultura surda se manifestam nos espaços sociais, físicos e simbólicos. Além disso, pretende-se refletir sobre as tensões existentes entre o reconhecimento legal da Libras e a realidade cotidiana da comunidade surda, ainda marcada por desafios como a falta de acessibilidade, a escassez de políticas públicas efetivas e a predominância de uma visão medicalizante da surdez.

A relevância desta pesquisa reside, portanto, em ampliar o debate sobre a surdez para além das perspectivas clínicas ou pedagógicas restritas, reconhecendo-a como fenômeno cultural, social e político. A análise do território surdo contribui para a valorização da diversidade linguística e cultural, promovendo uma visão mais plural e inclusiva de sociedade. Esse reconhecimento implica compreender que a comunidade surda não se limita a ocupar passivamente espaços oferecidos pela sociedade majoritária, mas constrói e reivindica seus próprios territórios, afirmando-se como sujeito coletivo de direitos.

Assim, o estudo das proposições gerais sobre o território surdo se torna fundamental para fortalecer a luta da comunidade surda por reconhecimento e inclusão, bem como para ampliar o conhecimento acadêmico sobre as formas de territorialidade presentes na sociedade contemporânea. Ao valorizar o território surdo, este trabalho também reforça a importância da Libras como língua de identidade, da educação bilíngue como prática emancipatória e das políticas públicas como instrumentos de garantia de cidadania.

A pesquisa foi estruturada em duas etapas principais: pesquisa bibliográfica e análise documental. Pesquisa bibliográfica: A primeira etapa consistiu na revisão sistemática da literatura, abrangendo livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações e produções científicas que abordam os conceitos de território, territorialidade, cultura surda, identidade, educação bilíngue e políticas públicas voltadas para a comunidade surda. Essa revisão permitiu construir uma base teórica sólida, identificar lacunas na produção acadêmica existente e compreender como diferentes autores dialogam sobre território e surdez. Foram priorizados autores clássicos e contemporâneos, nacionais e internacionais, como Milton Santos, Haesbaert, Skliar, Strobel, Quadros, Karnopp e Perlin, garantindo múltiplas perspectivas sobre os temas estudados.

Análise documental: A segunda etapa envolveu a análise de documentos oficiais e legislações que regulamentam a Libras e a educação de surdos no Brasil, com destaque para a

Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005. Esses documentos foram examinados de forma crítica para compreender como a política pública reconhece e estrutura o território surdo em termos legais e institucionais, permitindo identificar avanços e limitações na garantia de direitos linguísticos e culturais da comunidade surda. Além disso, a análise documental contemplou relatórios de associações de surdos, registros de eventos culturais e congressos acadêmicos, enriquecendo a compreensão sobre os espaços de socialização e fortalecimento identitário. A pesquisa adotou procedimentos interpretativos e analíticos, buscando compreender os significados construídos pela comunidade surda em diferentes contextos e espaços. A abordagem qualitativa permitiu refletir sobre a dimensão simbólica e cultural do território surdo, considerando não apenas o que é documentado, mas também o que emerge das experiências, práticas e interações sociais da comunidade.

Além disso, foi realizado um estudo comparativo entre os diferentes espaços e práticas que configuram o território surdo, como associações, escolas bilíngues, eventos culturais e ambientes digitais, analisando como cada um deles contribui para a construção de identidade, pertencimento e resistência. Essa análise crítica possibilitou identificar padrões de consolidação do território, bem como os desafios enfrentados para sua efetivação plena.

O desenvolvimento metodológico deste estudo também contemplou o respeito aos princípios éticos relacionados à pesquisa com comunidades específicas, garantindo que as análises respeitassem a cultura surda, sua língua e práticas sociais. Embora não tenha envolvido coleta direta com participantes, a pesquisa foi conduzida considerando a perspectiva da própria comunidade, com atenção à valorização de sua voz e experiência histórica. Em síntese, a metodologia empregada buscou integrar teoria e prática, análise documental e revisão bibliográfica, permitindo compreender o território surdo como espaço social, cultural, político e simbólico, e fornecendo subsídios para a discussão das proposições gerais sobre esse tema. Essa abordagem robusta possibilita não apenas a descrição dos fenômenos observados, mas também a interpretação crítica das dinâmicas que consolidam e fortalecem o território surdo.

1. Desenvolvimento

O desenvolvimento deste estudo se organiza em três dimensões principais: (1) a compreensão teórica do território e sua aplicação ao universo da surdez; (2) a análise das

práticas culturais e sociais que constituem o território surdo; e (3) os desafios contemporâneos na consolidação desse território.

1.1. A compreensão teórica do território e sua aplicação ao universo da surdez

O conceito de território é amplamente discutido nas ciências humanas, especialmente na geografia e na sociologia. Tradicionalmente, território era compreendido apenas como uma delimitação física ou geográfica, controlada por fronteiras políticas. No entanto, estudiosos como Milton Santos (2000, p.45) e Rogério Haesbaert (2004, p. 68) ampliaram essa definição, argumentando que o território deve ser entendido também como espaço vivido, dotado de significados simbólicos e identitários, resultado das relações sociais e culturais estabelecidas em seu interior. Ainda de acordo com Dorsa (2023):

O território resulta, enfim, da ação cultural do grupo, e o apego a determinado espaço se dá não pelo espaço em si, mas por aquilo que os indivíduos constroem naquele lugar. Assim, os valores culturais que ligam de forma identitária os sujeitos no espaço são fundamentais (DORSA, 2023, p. 01).

Essa concepção mais ampla permite relacionar o território à experiência da surdez. O território surdo não se reduz a um espaço delimitado por fronteiras físicas, mas é formado por uma rede de relações sociais e linguísticas que se constituem por meio da Libras e da experiência visual. Assim, o território surdo é um território simbólico, que ultrapassa dimensões geográficas e se constrói em torno da língua, da identidade e da cultura. Nesse sentido, escolas bilíngues, associações de surdos, igrejas com acessibilidade em Libras, encontros desportivos e espaços virtuais podem ser considerados partes constitutivas do território surdo. São locais onde a identidade coletiva se fortalece e onde a diferença é valorizada. A compreensão teórica do território, portanto, ilumina a análise da surdez como fenômeno cultural, que ultrapassa a visão clínica e se afirma como identidade.

1.2. Território e surdez

A noção de território, conforme discutida por Milton Santos (2000) e Rogério Haesbaert (2004, p.103), ultrapassa a dimensão meramente geográfica, assumindo um caráter social, cultural, político e simbólico.

A noção de território vai muito além da mera delimitação geográfica ou do espaço físico ocupado por populações. Segundo Milton Santos (2000) e Haesbaert (2004), o território deve ser compreendido como uma construção



social, cultural, política e simbólica, produto das interações humanas e das relações de poder que se estabelecem em seu interior. Ele é simultaneamente espaço vivido e espaço percebido, lugar de significados compartilhados, de práticas cotidianas e de disputas sociais. Nesse sentido, o território não se limita à superfície física, mas integra dimensões simbólicas e identitárias, refletindo a história, os valores e as lutas de seus habitantes, e tornando-se um elemento central para a compreensão das relações humanas e da organização social (SANTOS, 2000; HAESBAERT, 2004).

O território não é apenas um espaço delimitado, mas o resultado das interações humanas, das práticas cotidianas e dos significados atribuídos ao lugar. É nesse sentido que se torna possível pensar o conceito de território surdo, compreendido como um espaço construído historicamente e ressignificado pela comunidade surda em suas lutas por reconhecimento, identidade e direitos.

Ao transpor essa concepção para o universo da surdez, compreende-se que o território surdo se constitui a partir de espaços de convivência mediados pela Língua Brasileira de Sinais (Libras), da organização social em associações, federações e coletivos surdos, e da valorização da cultura surda como forma legítima de existência e resistência. Esse território não se restringe a locais físicos como escolas bilíngues, associações culturais ou espaços acadêmicos, mas também se manifesta no plano simbólico, nas práticas discursivas, nas narrativas de identidade e na produção de sentidos compartilhados.

A surdez, nesse contexto, não deve ser entendida apenas como uma condição biológica de ausência ou redução da audição, mas como um marcador cultural e identitário que define um modo particular de habitar o mundo. O ser surdo implica um modo específico de perceber, interagir e produzir conhecimento, marcado pelo uso da língua de sinais e pelo pertencimento a uma comunidade que compartilha experiências históricas, culturais e linguísticas. Essa perspectiva rompe com a visão medicalizante da surdez, que a reduz a uma deficiência, e enfatiza seu caráter de diferença linguística e cultural:

“A surdez não deve ser compreendida apenas sob a perspectiva médica ou clínica, que a reduz a uma condição de deficiência a ser corrigida ou tratada. Pelo contrário, ela deve ser vista como uma diferença cultural e linguística, que confere à comunidade surda modos próprios de interação, produção de conhecimento e construção identitária. Essa visão reconhece a Libras não apenas como um instrumento de comunicação, mas como elemento central da cultura surda, mediando relações sociais, fortalecendo o pertencimento comunitário e permitindo a resistência frente às estruturas hegemônicas da sociedade ouvinte. Nesse sentido,



a surdez emerge como um fator de diversidade social e cultural, cujo território é constituído não apenas por espaços físicos, mas por práticas sociais, culturais e políticas que afirmam a identidade surda” (SKLIAR, 1998; STROBEL, 2009).

Dessa forma, o território surdo pode ser entendido como um lugar de resistência e afirmação identitária, no qual se fortalecem laços comunitários e se consolidam práticas que garantem a continuidade da cultura surda. As associações de surdos, por exemplo, constituem territórios sociais nos quais se desenvolvem atividades esportivas, culturais, educacionais e políticas, que fortalecem o sentimento de pertencimento. As escolas bilíngues e as políticas linguísticas que reconhecem a Libras também se configuram como territórios fundamentais, pois asseguram a transmissão da língua e o reconhecimento da diferença surda no espaço educacional.

Além disso, a ideia de território surdo revela as tensões e disputas sociais enfrentadas por essa comunidade. A falta de intérpretes em serviços públicos, a escassez de políticas educacionais bilíngues e a invisibilidade cultural ainda impõem barreiras para a plena consolidação desse território. Nesse sentido, compreender o território surdo é reconhecer que ele se constrói tanto pela criação de espaços de pertencimento quanto pela resistência às práticas de exclusão.

Assim, a análise do território surdo, à luz de autores como Santos e Haesbaert, permite compreender que ele é, simultaneamente, um espaço material e simbólico, uma construção social e uma afirmação cultural, constituído pela experiência singular da surdez e pela luta histórica por reconhecimento.

1.3. A análise das práticas culturais e sociais que constituem o território surdo

O território surdo se consolida principalmente por meio das práticas sociais e culturais que caracterizam a vida em comunidade. A língua de sinais, nesse contexto, ocupa papel central, funcionando não apenas como instrumento de comunicação, mas também como símbolo identitário e cultural. A Libras é o elemento que possibilita a coesão social da comunidade surda, viabilizando interações, experiências educacionais, produções culturais e até mesmo resistências políticas.

As associações de surdos desempenham função histórica e essencial na construção desse território. Esses espaços, presentes em diversas cidades brasileiras, se tornaram locais de encontro, socialização e militância. Neles, os surdos organizam atividades culturais, esportivas

e políticas, reafirmando sua identidade coletiva e fortalecendo sua luta por direitos. Além das associações, os eventos culturais, como festivais de teatro surdo, campeonatos esportivos e congressos acadêmicos, ampliam a visibilidade da comunidade e contribuem para a difusão da cultura surda. Segundo Strobel (2009) estes espaços de encontro fortalecem a identidade coletiva e a luta por direitos da comunidade surda.

Outro aspecto fundamental diz respeito à educação bilíngue, que tem se constituído como um dos pilares na formação da identidade surda. Escolas bilíngues e classes inclusivas que valorizam a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda proporcionam um ambiente de reconhecimento e pertencimento. Essa prática pedagógica rompe com a tradição oralista, historicamente excludente, e fortalece o território surdo enquanto espaço de aprendizagem e identidade cultural.

Além do ambiente físico, os espaços virtuais também se tornaram parte integrante do território surdo. Redes sociais, plataformas de vídeo e ambientes de aprendizagem online são utilizados intensamente pela comunidade, permitindo interações em Libras e fortalecendo redes de apoio e pertencimento. Assim, o território surdo expande-se para além do espaço geográfico, consolidando-se em múltiplos ambientes de interação.

1.3.1. Práticas culturais e sociais

O território surdo é construído por meio das interações sociais que valorizam a experiência visual e a língua de sinais. As associações de surdos, por exemplo, desempenham papel central na manutenção desse território, funcionando como espaços de encontro, solidariedade e militância. Além disso, eventos culturais, como congressos, festivais e encontros desportivos de surdos, consolidam a identidade coletiva e ampliam o reconhecimento social da comunidade.

A educação bilíngue também é elemento fundamental para a constituição do território surdo. Escolas que valorizam a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua oferecem condições para que o estudante surdo se reconheça como sujeito de direitos e desenvolva sua identidade cultural.

1.4. Os desafios contemporâneos na consolidação do território surdo

Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, a consolidação do território surdo enfrenta inúmeros desafios. Um deles é a persistência de uma visão medicalizante da

surdez, que ainda reduz a pessoa surda à deficiência auditiva, desconsiderando sua identidade cultural. Esse olhar clínico frequentemente impede que a sociedade reconheça o surdo como sujeito de direitos linguísticos e culturais.

Outro desafio importante refere-se à falta de acessibilidade. Muitos espaços públicos e privados ainda não dispõem de intérpretes de Libras, legendas ou recursos visuais adequados. Isso limita a participação plena da comunidade surda em diferentes esferas sociais, como educação, saúde, lazer e trabalho.

Há também dificuldades no campo educacional. Embora a legislação brasileira reconheça a Libras como língua oficial de instrução, a implementação efetiva da educação bilíngue ainda encontra barreiras, como a escassez de professores surdos, a formação insuficiente de docentes bilíngues e a falta de materiais didáticos específicos.

No âmbito político, observa-se que a comunidade surda precisa lutar constantemente para manter direitos já conquistados e avançar em novas políticas de inclusão. Essa luta envolve tanto a defesa da Libras quanto a garantia de espaços institucionais que considerem a surdez em sua dimensão cultural.

Por fim, destaca-se o desafio do reconhecimento social. A invisibilidade histórica da comunidade surda e a falta de conhecimento da sociedade sobre a cultura surda contribuem para a marginalização desse grupo. Portanto, a consolidação do território surdo depende não apenas de políticas públicas e práticas educacionais, mas também de uma mudança cultural mais ampla, que valorize a diferença e reconheça a riqueza da diversidade linguística.

1.4.1. Desafios e resistências

Apesar dos avanços, a comunidade surda ainda enfrenta desafios para consolidar seu território. A falta de intérpretes de Libras em diferentes contextos, a resistência de setores da sociedade ao reconhecimento da Libras, a escassez de políticas públicas consistentes e a visão clínica da surdez como deficiência são obstáculos recorrentes. Entretanto, a luta política, a organização coletiva e a produção acadêmica vêm fortalecendo o território surdo, conferindo-lhe maior legitimidade e visibilidade. A metodologia adotada neste estudo tem caráter qualitativo, com abordagem exploratória e descritiva, buscando compreender de forma aprofundada as dimensões sociais, culturais, linguísticas e políticas que constituem o território surdo. A escolha dessa abordagem se justifica pela necessidade de analisar fenômenos

complexos, subjetivos e contextuais, que não podem ser quantificados facilmente, como a construção identitária, a vivência cultural e as práticas de resistência da comunidade surda.

2. Resultados esperados

Com a realização deste estudo sobre as **proposições gerais de território surdo**, espera-se alcançar resultados que contribuam tanto para o campo acadêmico quanto para o fortalecimento social e cultural da comunidade surda. Em primeiro lugar, pretende-se **aprofundar a compreensão teórica** do conceito de território, demonstrando sua pertinência quando aplicado ao universo da surdez, e evidenciar que o território surdo ultrapassa o espaço físico, constituindo-se também em dimensões simbólicas, culturais, linguísticas e políticas. Espera-se, igualmente, que a análise possibilite **visibilizar o papel central da Língua Brasileira de Sinais (Libras)** na constituição desse território. A Libras, mais do que um meio de comunicação, é entendida como elemento estruturante da identidade surda, símbolo de resistência histórica e instrumento fundamental para a construção do pertencimento coletivo.

Outro resultado esperado é a **valorização das práticas sociais e culturais da comunidade surda**, evidenciando como associações, escolas bilíngues, eventos acadêmicos, esportivos e culturais se configuram como territórios de identidade, resistência e empoderamento. Espera-se que o estudo demonstre a relevância desses espaços na preservação e fortalecimento da cultura surda, assim como no enfrentamento das práticas de exclusão social.

No campo educacional, o estudo pretende reforçar a **importância da educação bilíngue** para o desenvolvimento pleno dos sujeitos surdos. Como resultado, almeja-se indicar caminhos que favoreçam a efetivação de políticas públicas de educação que reconheçam a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda, garantindo a acessibilidade linguística e a equidade no processo de aprendizagem.

Adicionalmente, espera-se que a pesquisa contribua para **apontar os principais desafios** que dificultam a consolidação do território surdo, como a escassez de intérpretes, a falta de acessibilidade em serviços essenciais, o desconhecimento da sociedade sobre a cultura surda e a persistência da visão medicalizante da surdez. Ao elencar esses obstáculos, pretende-se estimular debates e reflexões que incentivem a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Por fim, no âmbito social e acadêmico, espera-se que este estudo promova **maior sensibilização da sociedade em relação à diversidade linguística e cultural da comunidade**



surda, incentivando o reconhecimento da surdez como diferença e não como deficiência. Com isso, pretende-se contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, plural e justa, em que os territórios surdos sejam legitimados, fortalecidos e valorizados.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste estudo acerca das **proposições gerais de território surdo** permitiu compreender que a noção de território, quando transposta para a realidade da comunidade surda, ganha novos significados, ultrapassando a dimensão estritamente geográfica e assumindo uma natureza simbólica, cultural e política. O território surdo se configura como espaço de pertencimento, identidade e resistência, marcado pela centralidade da Língua Brasileira de Sinais (Libras), pela experiência visual e pela organização coletiva da comunidade surda em diferentes contextos sociais.

Ao longo do trabalho, observou-se que a compreensão do território aplicado à surdez envolve não apenas o reconhecimento dos espaços físicos – como escolas bilíngues, associações de surdos e centros culturais – mas também o entendimento das redes simbólicas e sociais que se constituem por meio da língua de sinais e das práticas culturais. O território surdo, portanto, é um espaço de construção identitária, em que os sujeitos surdos encontram reconhecimento, trocam experiências e fortalecem laços de solidariedade e coletividade.

Constatou-se ainda que as **práticas sociais e culturais** da comunidade surda são essenciais para a manutenção desse território. As associações de surdos, historicamente, desempenham papel central na organização da comunidade, oferecendo espaço para encontros, militância política e produção cultural. Da mesma forma, os eventos culturais, acadêmicos e esportivos contribuem para a visibilidade da comunidade, reforçando o valor da Libras e promovendo o fortalecimento da identidade surda. Também se destacou a importância da educação bilíngue como eixo estruturante do território surdo, possibilitando que os estudantes surdos sejam formados em ambientes de respeito linguístico e cultural.

Apesar dos avanços conquistados, este estudo revelou que a consolidação do território surdo enfrenta desafios significativos. A visão medicalizante da surdez, que ainda persiste em diversos setores da sociedade, limita o reconhecimento da surdez como identidade cultural. A falta de acessibilidade em espaços públicos e privados, a carência de intérpretes de Libras e a dificuldade de implementação efetiva da educação bilíngue são barreiras que enfraquecem o território surdo e dificultam a plena participação da comunidade na vida social. Além disso, o

desconhecimento da sociedade sobre a cultura surda contribui para a invisibilidade e para a marginalização desse grupo.

Diante disso, conclui-se que a valorização do território surdo requer um esforço coletivo e contínuo. É fundamental que as políticas públicas avancem no sentido de assegurar a efetivação da educação bilíngue, a garantia de intérpretes de Libras em diferentes serviços e a criação de espaços de acessibilidade que promovam a participação plena dos surdos em todas as esferas da sociedade. Do mesmo modo, é necessário estimular pesquisas e produções acadêmicas que ampliem a compreensão sobre a surdez como fenômeno cultural e social, rompendo com paradigmas clínicos e deficitários.

Portanto, o território surdo deve ser compreendido como um espaço dinâmico, vivo e em constante transformação, no qual os sujeitos surdos reafirmam sua identidade, constroem pertencimento e resistem às tentativas de apagamento cultural e linguístico. Reconhecer e fortalecer esse território é condição essencial para a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva, em que a diversidade seja vista como riqueza e não como limitação.

Este estudo, ao analisar as proposições gerais sobre o território surdo, buscou contribuir para o debate acadêmico e social, reforçando a necessidade de se pensar a surdez para além da deficiência, reconhecendo-a como diferença e valorizando a Libras como língua de identidade. O território surdo, assim, não se restringe ao espaço ocupado, mas ao espaço vivido, experienciado e ressignificado pela comunidade surda, sendo expressão de luta, resistência e empoderamento.

Referências

ALMEIDA, Maria Cecília de Souza. **Território e identidade:** uma abordagem teórica. São Paulo: Annablume, 2018.

BAUMAN, H-Dirksen L. **Open your eyes:** deaf studies talking. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Libras.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

CAMPOS, Mônica. **Educação bilíngue de surdos:** desafios e perspectivas. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.



DORSA, Arlinda Cantero. **O território cultural:** espaço de saberes e paisagens construídas. Revista Interações, v. 24, n.1, jan/mar., Campo Grande, MS./2023.

FERREIRA, Lucinda. **Língua Brasileira de Sinais:** fundamentos linguísticos e educacionais. São Paulo: Parábola, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GOTTI, Magali; SANTOS, Silvana. **Educação e surdez:** territórios de identidade. Curitiba: CRV, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne. **Políticas linguísticas e educação de surdos.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras em contextos educacionais.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e diferença:** por uma pedagogia cultural da alteridade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Território, identidade e diferença.** Florianópolis: UFSC, 2012.

PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **Inside Deaf culture.** Cambridge: Harvard University Press, 2005.

PERLIN, Gladis. **Identidades surdas.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Língua de sinais e cultura surda:** espaços de resistência. Florianópolis: UFSC, 2014.

SKLIAR, Carlos. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 2. ed. Florianópolis: EdUFSC, 2009.

WINKLER, Maria Helena. **Território e diferença:** perspectivas críticas. Campinas: Papirus, 2016.